

Tempo e subjetividade¹

Leopold Nosek²

O que vou apresentar aqui é uma adaptação resumida de reflexões feitas há mais de 25 anos (Nosek, 1991). Tem, portanto, marcas de permanência e de obsolescência. Está, como tudo o mais, sujeito aos efeitos do tempo. No programa deste encontro, há o reconhecimento explícito de que diferentes campos de conhecimento, ao se esparramar sobre o vasto campo da cultura, geram diferenças essenciais na formulação do conceito de tempo e na apreensão subjetiva da temporalidade. A partir dessa premissa indiscutível, somos convidados ao debate, imersos num pluralismo que dificilmente poderia almejar algum consenso. Assim sendo, se exitosa, minha participação no debate trará quando muito novas indagações.

Para esta situação em particular, quero marcar duas circunstâncias. Uma pessoal, sobre o meu desenvolvimento teórico e clínico como psicanalista, e, mais importante, uma social e ideológica, a conjuntura do mundo em que este trabalho foi produzido.

Em 1990, acabávamos de assistir ao desmoronamento do chamado “socialismo real” e ao final da Guerra Fria. Interpretações apressadas apregoavam o “fim da história”, e na sequência o fim das utopias se tornou uma certeza. A globalização e o triunfo acachapante do capital financeiro não estavam claros ainda. Uma democracia feita de compromissos impossíveis crescia no país.

O tempo subjetivo ainda caminhava para mim no ritmo da transformação da matéria em mercadoria, ou seja, havia uma progressão na linha temporal. A religião configurava também um tempo que seguia um trajeto linear: criação, revelação e redenção. A tradição iluminista de crença na possibilidade de controle sobre a natureza e em sistemas de pensamento totalizantes era hegemônica. No âmbito psicanalítico, isso se traduzia em lutas fratricidas a propósito do que seria a real via de acesso à verdade clínica e teórica; em decorrência, todo trabalho devia refletir uma tomada de posição.

Apesar de considerar ainda dotado de interesse este trabalho que reapresento hoje, um comentário crítico se faz necessário. Hoje, obviamente, trafegaria – como de fato trafego – em outro tempo. O tempo efêmero e sem endereço da onipresença do capital financeiro marcando novas formas de produção e consumo estaria subjacente à reflexão. Já não pensaria nos marcos de sistemas universais. Marcado agora pela influência de Lévinas, em meu pensamento a ontologia deu lugar à perspectiva da ética no ato de

¹ Conferência proferida no dia 25 de abril de 2015 na Intercontinental Academia, projeto do Instituto de Estudos Avançados da USP e do Instituto de Pesquisa Avançada da Universidade de Nagoya, Japão.

² Leopold Nosek é psiquiatra e psicanalista.

conhecer: não mais a captura do objeto, naturalizando-o na esfera do sujeito do conhecimento, mas, como diz o filósofo, submissão ao excesso que o estrangeiro – o objeto – inevitavelmente me impõe. O conhecer tradicional destrói o outro, domesticando-o. Meu primeiro movimento de aproximação da alteridade seria, então, o gesto ético de me submeter a ela (Nosek, 2009).

Em minha subjetividade, percebo um tempo complexo, marcado pela simultaneidade do arcaico, do primitivo, e da centelha efêmera, quando ocorre, do atual. Em vez da sequência vital expressa no trajeto nascimento, maturação e morte, a complexa coexistência de múltiplas idades que se influenciam reciprocamente, se contradizem e se complementam. Tempo de sintomas cambiantes manifestando-se em imagens que também, inevitavelmente, serão móveis em sua possibilidade de comunicação e apreensão. Tempo de perplexidades, discussões e crítica, tempo de permanências, sobrevivências, desaparecimentos e ocultamentos. Tempos que serão sintomáticos e não apenas definidores. Tempos de emocionalidades, de medos, coragens, amores, ódios e esperança.

*

Tomarei a ideia de *nascimento* como intrinsecamente ligada à ideia de *consciência de si*, no sentido de percepção da própria existência, para mostrar a relação entre a aquisição da consciência de si e a percepção do tempo.

Consideremos inicialmente que, ao longo do percurso analítico, podemos nos dar conta de que existe um único ponto confortável e seguro. Esse lugar raro e precioso se configura como o sentimento de estar dentro da própria pele, de estar no *próprio lugar*. A esse conforto se opõe toda pulsão edípica, pois esta propõe o lugar do outro como centro da busca. Assim, o encontro do próprio lugar é tardio e reflete uma história exitosa, fruto de um longo trajeto de renúncia ao Édipo.

Podemos considerar, então, que o sentimento de conforto, para que se instale, passa necessária e dolorosamente pela autoconsciência. Com ela, vem à luz um conjunto de temas: alienação e sua antítese, evocação e esquecimento, dor e alívio, tumulto e paz, transformação e conciliação. Freud introduz como disciplina científica a elaboração desses temas no espaço da subjetividade. Para a psicanálise, desde a origem um saber em que a subjetividade do observador atinge a maior radicalidade, é na primeira infância que se definirá se o trajeto de abandono edípico terá chance de êxito, êxito que será o resultado de romances vividos precocemente.

Vejamos como Hegel concebe o desenvolvimento em direção ao próprio lugar e, portanto, à desalienação. Seguirei o famoso comentário de Kojève à sessão A do capítulo IV da *Fenomenologia do Espírito*. Lembremos que Alexandre Kojève [1902-1968] foi um dos introdutores de Hegel na França e que seus cursos sabidamente

influenciaram o desenvolvimento teórico da psicanálise no país. Entre seus alunos estavam Lacan e Merleau-Ponty.

Hegel inicia com a questão de como se passa do sentimento de si para a consciência de si. A falta, o desejo de algo nos traz a percepção inicial. Dizemos *eu* ao perceber que nos falta algo. O homem, ao conhecer, se perde é no objeto. É o objeto e não o sujeito que se mostra no ato de conhecer. O sujeito é chamado de volta a si pelo desejo, pela falta. Nesse momento diz *eu*.

A individualidade busca destruir a percepção da falta e o faz incorporando o objeto do desejo, consumindo-o. Ao suprimir algo que lhe é externo, o eu adquire atributos do objeto. Se o eu incorpora algo da natureza – um corpo ou um alimento, por exemplo –, permanecerá em estado natural. A negação da natureza somente poderá ser feita se o desejo, e portanto a incorporação, se referir a algo especificamente humano. Ora, a única coisa humana que pode ser desejada é outro desejo humano. O desejo de ser desejado por outra consciência inicia o processo de humanização.

Assim, quando duas consciências se encontram pela primeira vez, a necessidade de reconhecimento desencadeia uma luta de morte, pois a uma caberá ser desejada – logo, reconhecida – e a outra se tornará desejante. Será reconhecida aquela que temer menos a morte. Estrutura-se, assim, a relação de uma consciência-senhor e uma consciência-escravo. A luta é necessariamente mortal, pois visa sobrepujar a natureza. O desejo de conservação é substituído pelo desejo de algo não vital, mas por isso mesmo caracteristicamente humano. De outro lado, é necessário que ambos os adversários sobrevivam para que se constitua a relação senhor/escravo. O senhor se voltará para o gozo e o escravo transformará a natureza para gozo do outro.

Mas, aqui, um paradoxo: o escravo obviamente não é reconhecido, ao passo que o senhor é reconhecido por alguém a quem não considera. Fica, portanto, sem a segurança de seu ser. Como atingiu o domínio, nada o impulsiona a prosseguir. A humanização será possível somente para a consciência servil, pois esta sabe reconhecer o outro. Ao reconhecer a angústia da morte, sabe o valor da vida e, por fim, ao transformar a natureza para o gozo de outro, ele a remodela à sua imagem. A servidão propulsiona a consciência servil a prosseguir na busca.

A desalienação se dá por supressão da servidão e pela apropriação da natureza mediante o trabalho. Na transformação da natureza o ser se reconhece, adquire consciência de si. Segundo Marx, Hegel viu esse processo como movimento fora das condições concretas, das relações humanas reais, como movimento de puras consciências. A questão, portanto, teria de ser reposta em termos de espaço e tempo históricos. A ideia de uma consciência subordinada criando dialeticamente a possibilidade de superação de sua condição servil deu origem, como sabemos, às concepções marxistas de transformação da sociedade.

Da mesma forma, esse movimento pode ser reposto no enquadre das histórias individuais, configurado como relação entre consciências. De Hegel passamos então à

materialidade de subjetividades em confronto, e da internalização dessa luta se plasmará a personalidade. Do jogo de apropriações mútuas de desejos surge um *eu*.

“Tempo é o espaço do desenvolvimento humano”, dizia Marx. A psicanálise visaria o processo de *trabalho* no âmbito da subjetividade. Chama atenção o paradoxo de que o próprio lugar, ponto de partida para a transformação da natureza, seja ele mesmo um peculiar ponto de chegada do laborioso empenho que requer de nós a apropriação da nossa natureza interna.

Visto que a consciência de si inclui a temporalidade e a humanização implica percepção do tempo, é o caso de perguntar: como esse tempo se apresenta a nós e como é apreendido? Seguiremos nessa busca através da literatura, com dois autores que, ao abordar o tema da relatividade do tempo, permaneceram no campo da tradição racionalista. Primeiro Thomas Mann [1875-1955], que no romance *A Montanha mágica*, de 1924, nos diz por intermédio de seu protagonista:

“Que é tempo, afinal?”, perguntou Hans Castorp [...]. Percebemos o espaço com nossos sentidos, por meio do tato. Muito bem! *Mas que órgão possuímos para perceber o tempo? [grifo meu]* Pode me responder esta pergunta? [...] Dizemos que o tempo passa. Está bem, deixe-o passar. Mas para que possamos medi-lo... Espere um pouco! Para que o tempo fosse mensurável, seria preciso que decorresse de um modo uniforme; e quem lhe garante que é mesmo assim? Para nossa consciência, não é. Somente o supomos, para a boa ordem das coisas, e as nossas medidas, permita-me esta observação, não passam de convenções.”

O impasse está formulado. Um pouco antes, Castorp argumentava:

“O tempo, trata-se de um movimento, movimento no espaço, não é? [...] Medimos portanto o tempo com o auxílio do espaço. Mas isso é o mesmo que medir o espaço com o auxílio do tempo... O que fazem somente as pessoas sem espírito científico.”

Tempo e autoconsciência são temas atuais. Por outro lado, não há texto que fale da modernidade e não tome *A interpretação dos sonhos*, de 1900, como um de seus marcos perceptivos. Nele encontramos a perda da ingênua confiança na consciência e o hiato

irremediável entre consciente e inconsciente. A autoconsciência tornou-se um tema agudo com a percepção da ruptura. Dilaceramento e contradição se opõem à difícil, e mesmo impossível, unidade. Talvez se pudesse falar de modernidade como consciência da ruptura. Filha de seu tempo, a psicanálise compreende o sonho como unidade de contrários, isto é, temos aí novamente a ampliação conceitual e prática da apropriação da contradição. Veremos que a desalienação pode ocorrer mediante a apreensão da história de contradições. Autoconsciência de alguma forma se liga à pulsação de contrários e sua percepção.

Nessa busca do tempo, voltemos à literatura, agora com *O leopardo*, de Giuseppe Tomasi di Lampedusa [1896-1957]. O romance é ambientado na época da unificação da Itália e sua modernização, em meados do século XIX. Dom Fabrizio, príncipe da Sicília, após a festa – metáfora da inexorável passagem do velho tempo aristocrático para a força e o mau gosto da economia de mercado –, capta a passagem do tempo, com seu cortejo de progresso destruindo velhas estruturas, criando novas riquezas e incrementando novas desolações:

Havia dezenas de anos que ele sentia o fluido vital, a faculdade de existir, a vida, em suma, talvez até a vontade de viver, desprendendo-se de si, vagarosa, mas continuamente, como os pequenos grãos de areia que escorregam um a um, sem pressa e sem interrupção, pelo estreito orifício da ampulheta.

[...] A sensação, de resto, não andava, de início, ligada a nenhum mal-estar. [...] era o sentimento de um esboroamento contínuo, miudinho, da personalidade, acompanhado, porém, da vaga esperança de que, em algum lugar, essa mesma personalidade se reconstruía (graças a Deus) menos consciente, porém mais ampla. Aqueles grãosinhos de areia não se perderiam; desapareciam apenas para se acumular, quem sabe onde [...] Às vezes surpreendia-se de que o reservatório vital pudesse ainda conter o que quer que fosse após tantos anos de perdas.

Mediante o deslocamento do tempo histórico para o tempo subjetivo, com a imagem da ampulheta simbolizando a aquisição da consciência, o príncipe de Salina tem um vislumbre da própria pele, capta sua circunstância, seu destino histórico e seu ser subjetivo. Revela-se para ele o próprio lugar. O que mais se poderia ter? A captação da circunstância e do tempo vem com a apreensão do limite e do espaço da existência humana. Continuamos, assim, em nosso tema: a imbricação de consciência de si,

percepção do próprio lugar e imagem do tempo definida por frustração e limite. (Uma coincidência curiosa: Alexandra Wolff Stomersee, a mulher de Lampedusa, foi uma das fundadoras da Sociedade Psicanalítica Italiana.)

Seguindo ainda na literatura, temos novamente a irreversibilidade e subjetividade do tempo materializada numa ampulheta em *Dr. Fausto* (1955), também de Thomas Mann. O protagonista, Adrian Leverkühn, um músico, faz um pacto com o diabo, a quem cederá a alma – a consciência – em troca de 24 anos de genialidade como compositor. Esteja atento à ampulheta, adverte-o Mefistófeles.

A ampulheta funcionará de forma enganosa: o escoamento dos grãos – ou seja, do tempo – é constante, uniforme, mas a percepção não acompanha esse movimento. Na parte de cima ela guarda o estoque de vida; embaixo, a experiência acumulada. Quando a areia está terminando de escorrer, tem-se a impressão de que o estoque de vida se esgota vertiginosamente – ainda que, insisto, por aquele estreito orifício passe sempre a mesma quantidade de areia –, porém mal se percebe a experiência acumular-se. No final do tempo que lhe cabe, parecerá a Leverkühn que o tempo se escoou com rapidez inusitada. O impulso é fechar o orifício, mas o turbilhão é incontrolável – o tempo passou num piscar de olhos.

Mefistófeles propõe o cuidado que a subjetivação do parâmetro tempo requer. Propõe a consciência da vida. A objetividade do tempo, sua constância, está desfeita. Espaço e tempo estão no objeto observado e no observador. Leverkühn, em consequência do acordo, entrará na modernidade. Caminhará por espaços atonais, ampliará espaços da contradição musical, acompanhado por questionamentos da ciência – pela teoria da incerteza e do acaso.

Mas por que varia a percepção do ritmo da areia na ampulheta? Thomas Mann dá uma resposta por intermédio do protagonista da *Montanha mágica*. Hans Castorp vai visitar um primo num sanatório na Suíça, e o que seriam três semanas se torna permanência quando também ele se descobre tuberculoso. A experiência não é desagradável, o que o surpreende. O tempo ali transcorre com fluidez e Castorp sente-se cheio de vigor. Podemos inferir que, para apreender a vida, é preciso introduzir variação na rotina. (Fazemos isso com alterações no cotidiano, como tirar férias.) Thomas Mann nos diz também que a uniformidade de experiências em períodos relativamente curtos nos dá a impressão de alargamento do tempo. Isso tem a ver com pouca fruição da vida. Repetida em longos períodos, a mesma experiência nos dá a impressão de que a existência passou num piscar de olhos.

Variação se liga à experiência de vida; repetição se liga à experiência de morte. Captar esse pulso determina a apreensão do viver. Lembremos que a música, a arte do tempo por excelência, pode ser definida como todo fenômeno de variação sobre um fundo constante. Lembremos também que a repetição, por sua presença, determina paralisia e, em consequência, elevação de tensão. A variação, na medida em que reintroduz movimento, resolve o desconforto. A repetição, por sua vez, nos dá localização, propõe o campo onde a variação poderá existir.

A repetição pode ser de timbre, ritmo, tonalidade etc. Na história da música, quando se desfaz a tonalidade, a repetição propõe espaços tão amplos que sem o conceito o ouvinte estaria perdido... Esse novo espaço musical dado pela atonalidade certamente é mais próprio para evocar o que se descortina na história no início do século XX. Contudo, e apesar do pouco prestígio de que as analogias desfrutaram, penso haver estreita correspondência entre essa ampliação musical e a expansão da subjetividade que representou o conceito de inconsciente.

De qualquer forma, esboçando agora uma resposta à pergunta de Thomas Mann – *com qual sentido temos a percepção do tempo?* –, podemos dizer que o órgão que capta o tempo é o mesmo que discrimina variação e repetição. Trata-se da consciência tal como a definiu Freud: órgão que capta qualidades psíquicas.

É a consciência, que capta tensão e alívio, que abarca o prazer e o desprazer, que permite afrontar a questão investigada por Freud em “Formulações sobre os dois princípios de funcionamento mental”. Perante a frustração, dois caminhos se apresentam: evadir-se dela ou transformar sua natureza. Voltando à formulação hegeliana do início, poderíamos dizer: apreendida a servidão, buscar a humanização possível pela transformação da natureza. O trabalho aqui adquire conotação psíquica, pois se trata de transformação da natureza interna. *Trabalho*, neste momento, é pensar.

Em termos freudianos, diríamos: onde havia natureza, que possa haver cultura – “Onde havia id, que possa haver ego”, ou, como lemos na *Interpretação dos sonhos*, “onde havia inconsciente, que possa haver consciente”. Trata-se de passar da atemporalidade do espaço infinito para a percepção do tempo – a morte foi incluída. Temos aí uma síntese possível do projeto freudiano.

A caminho da finalização, gostaria de trazer alguns proposições teóricas do psicanalista Donald Meltzer [1922-2004]. Em seu livro *Explorações do autismo*, ele organiza o espaço vital como uma “geografia da fantasia” que se move no tempo. Há cinco lugares nessa geografia inconsciente, diz Meltzer: dentro e fora do self e dentro e fora dos objetos externos. O quinto lugar seria o “não lugar” do sistema delirante.

No funcionamento próprio do autismo, o tempo é inseparável do espaço. Não se apreende a distância. A gratificação do sujeito vem somente da fusão com o objeto. Há uma ausência da mente. Esse tempo é uma “clausura” na qual os eventos não estão disponíveis nem para a memória nem para o pensamento.

Num segundo modo de funcionamento, o ego não distingue entre ausência de um objeto e presença de um objeto ausente persecutório. No interior da mente não há um lugar onde poderia ocorrer o pensamento experimental, o ensaio, isto é, não há futuro. O tempo será circular. Não há desenvolvimento, não se concebem mudanças permanentes, não existe a morte.

Num terceiro modo de funcionamento, o tempo tende a se mover de dentro para fora do objeto e vice-versa. A operação contínua da onipotência torna reversível a diferenciação

do self em relação ao objeto e, como corolário, será reversível também a direção do tempo. Esse será um tempo oscilatório.

Para haver o tempo unidirecional, linear – que vai do momento da concepção até a morte –, é necessário o doloroso processo, jamais plenamente realizado, de renúncia à fusão com o objeto, de luta contra o narcisismo, de diminuição da onipotência. Citando Meltzer, o tempo agora “se converte no espaço implacável do destino, esse imponderável fator do mundo exterior”. Esse é o nosso “tempo de vida”.

Onde antes a inveja e o ciúme não encontravam alívio senão na imposição da vontade do sujeito, agora poderá surgir uma esperança. A vida talvez tenha aí a sua melhor chance. Aproveitando o que diz Freud em *O ego e o id*: “Sua condição necessária é a renúncia, seu amigo é o tempo e a esperança é a sua marca de lei.”

Está justificada, creio, a escolha da ampulheta como metáfora. Nela o tempo adquire concretude. Acreditamo-nos de posse de um tempo de vida e a vemos fluir. Vemos o passado se amontoar, vemos que a separação e a morte estão incluídas no tempo, inexoravelmente. Na ampulheta, implacável vitrine do destino, o princípio de realidade se torna soberano. E não custa lembrar: para um bom escoamento da areia, alguma ironia será sempre imprescindível.

Referências bibliográficas

- Freud, S. *A interpretação dos sonhos* [*The Interpretation of Dreams*, 1900]. *ESB – Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. v. 5. Rio de Janeiro: Imago, 1987.
- Freud, S. Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental [Formulations on the Two Principles of Mental Functioning, 1911]. *ESB*, v. 12. Rio de Janeiro: Imago, 1987.
- Freud, S. *O ego e o id* [*The Ego and the Id*, 1923]. *ESB*, v. 19. Rio de Janeiro: Imago, 1987.
- Kojève, A. *Introduction à la lecture de Hegel*. Paris: Gallimard, 1947.
- Lampedusa, G. T. di. *O leopardo* [*Il gattopardo*, 1956]. Trad. Rui Cabeçadas. São Paulo: Difel, 1990.
- Lévinas, E. *Totalidade e infinito. Ensaio sobre a exterioridade* [*Totality and infinity. An essay on exteriority*, 1961]. Lisboa: Edições 70, 1988.
- Mann, T. *A montanha mágica* [*The Magic Mountain*, 1924]. Trad. Herbert Caro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- Mann, T. *Dr. Fausto* [*Doctor Faustus*, 1950]. Trad. Herbert Caro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- Meltzer, D., et al. *Explorations in autism: a psychoanalytic study*. Perthshire, Scotland: Clunie Press, 1975.
- Nosek, L. Nascimento e mito: uma reflexão sobre a temporalidade. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 1991, v. 25, n. 2, p. 261-278.
- Nosek, L. Body and infinite: notes for a theory of genitality. Apresentado no 46th IPA Congress — Psychoanalytic Practice: Convergences and Divergences. Chicago, 29 July–1/August 2009. <http://internationalpsychoanalysis.net/wp-content/uploads/2009/05/nosekbodyandinfiniteipa.pdf> [acesso em 30.abril.2015].
Publicação em português: Nosek, L. O infinito e o corpo: notas para uma teoria da genitalidade. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 2009, v. 43, n. 2, p. 139-158.